

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO 1

### DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Natureza jurídica e conceito
2. Objeto e abrangência
3. Codificação e fontes do direito administrativo
4. Sistemas administrativos: sistema inglês e sistema francês
5. Sistema administrativo brasileiro
6. Regime jurídico-administrativo

## CAPÍTULO 2

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Noções de Estado
  - 1.1. Forma de Estado
  - 1.2. Poderes do Estado
2. Noções de governo
  - 2.1. Sistema de governo
  - 2.2. Forma de governo
3. Administração pública
  - 3.1. Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito
  - 3.2. Administração pública em sentido formal, subjetivo ou orgânico
  - 3.3. Administração pública em sentido material, objetivo ou funcional
4. Organização da administração
  - 4.1. Entidades políticas e entidades administrativas
  - 4.2. Noções de centralização, descentralização e desconcentração
  - 4.3. Conceito de administração direta, administração indireta e entidades paraestatais
  - 4.4. Princípio da organização legal do serviço público
  - 4.5. Criação de entidades da administração indireta
  - 4.6. Criação de subsidiárias e participação no capital de empresas privadas
  - 4.7. Entidades em espécie
    - 4.7.1. Autarquias
      - 4.7.1.1. Conceito
      - 4.7.1.2. Criação e extinção
      - 4.7.1.3. Natureza jurídica
      - 4.7.1.4. Patrimônio
      - 4.7.1.5. Atividades desenvolvidas
      - 4.7.1.6. Atos e contratos
      - 4.7.1.7. Orçamento
      - 4.7.1.8. Regime de pessoal
      - 4.7.1.9. Nomeação e exoneração de dirigentes
      - 4.7.1.10. Capacidade exclusivamente administrativa
      - 4.7.1.11. Relação com o ente estatal instituidor
      - 4.7.1.12. Controle de desempenho
      - 4.7.1.13. Autarquias sob regime especial
      - 4.7.1.14. Controle judicial
      - 4.7.1.15. Juízo competente
      - 4.7.1.16. Privilégios processuais
      - 4.7.1.17. Prescrição quinquenal
      - 4.7.1.18. Imunidade tributária
      - 4.7.1.19. Responsabilidade civil
    - 4.7.2. Fundações públicas
      - 4.7.2.1. Conceito

- 4.7.2.2. Natureza jurídica
- 4.7.2.3. Regime jurídico
- 4.7.3. Empresas públicas e sociedades de economia mista
  - 4.7.3.1. Introdução
  - 4.7.3.2. Abrangência do estatuto jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei 13.303/2016)
  - 4.7.3.3. Conceito
  - 4.7.3.4. Criação
  - 4.7.3.5. Objeto
  - 4.7.3.6. Regime jurídico
    - 4.7.3.6.1. Sujeição ao direito privado e ao direito público
    - 4.7.3.6.2. Controle
    - 4.7.3.6.3. Prestação de serviço público mediante outorga legal (“descentralização por serviços”)
    - 4.7.3.6.4. Benefícios fiscais
    - 4.7.3.6.5. Imunidade tributária
    - 4.7.3.6.6. Licitações e contratações com terceiros
    - 4.7.3.6.7. Responsabilidade civil
    - 4.7.3.6.8. Falência
    - 4.7.3.6.9. Pessoal
    - 4.7.3.6.10. Administradores
    - 4.7.3.6.11. Bens
  - 4.7.3.7. Distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista
    - 4.7.3.7.1. A forma jurídica
    - 4.7.3.7.2. A composição do capital
    - 4.7.3.7.3. O foro processual para entidades federais
- 4.7.4. Consórcios públicos

### **CAPÍTULO 3**

#### **ÓRGÃOS E AGENTES PÚBLICOS**

- 1. Órgãos públicos
  - 1.1. Teorias sobre a natureza jurídica da relação entre o Estado e os agentes por meio dos quais atua
    - 1.1.1. Teoria do mandato
    - 1.1.2. Teoria da representação
    - 1.1.3. Teoria do órgão
  - 1.2. Conceito de órgão público
  - 1.3. Características dos órgãos públicos
  - 1.4. Capacidade processual
  - 1.5. Classificação
    - 1.5.1. Órgãos simples e compostos
    - 1.5.2. Órgãos singulares e colegiados
    - 1.5.3. Órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos
- 2. Agentes públicos
  - 2.1. Classificação dos agentes públicos
    - 2.1.1. Agentes políticos
    - 2.1.2. Agentes administrativos
    - 2.1.3. Agentes honoríficos
    - 2.1.4. Agentes delegados
    - 2.1.5. Agentes credenciados

### **CAPÍTULO 4**

#### **REFORMA ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR**

- 1. Reforma do Estado e administração gerencial
- 2. Contrato de gestão
- 3. Terceiro setor: as entidades paraestatais

- 3.1. Serviços sociais autônomos
- 3.2. Organizações sociais
  - 3.2.1. Conceito
  - 3.2.2. O contrato de gestão firmado pelas organizações sociais
  - 3.2.3. Fiscalização da execução do contrato de gestão
  - 3.2.4. Desqualificação da entidade como organização social
  - 3.2.5. Posição do Supremo Tribunal Federal acerca da validade da Lei 9.637/1998
- 3.3. Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)
  - 3.3.1. Conceituação de entidade sem fins lucrativos para os fins de qualificação como organização da sociedade civil de interesse público
  - 3.3.2. Pessoas que não podem ser qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público
  - 3.3.3. Áreas de atuação das organizações da sociedade civil de interesse público
  - 3.3.4. Requerimento da qualificação
  - 3.3.5. Formalização da parceria
  - 3.3.6. Controle e prestação de contas
  - 3.3.7. Desqualificação da entidade como organização da sociedade civil de interesse público
  - 3.3.8. Distinções entre organização social e organização da sociedade civil de interesse público
- 3.4. Instituições comunitárias de educação superior (ICES)
- 3.5. Entidades de apoio
- 3.6. Marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei 13.019/2014)
  - 3.6.1. Noções gerais
  - 3.6.2. Instrumentos de formalização da parceria: termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação
  - 3.6.3. Plano de trabalho
  - 3.6.4. Normas referentes à organização da sociedade civil
    - 3.6.4.1. Atuação em rede
  - 3.6.5. Procedimento de manifestação de interesse social
  - 3.6.6. Chamamento público
    - 3.6.6.1. Dispensa e inexigibilidade do chamamento público
  - 3.6.7. Normas relativas à liberação e à aplicação dos recursos transferidos
  - 3.6.8. Monitoramento da parceria e prestação de contas
  - 3.6.9. Sanções administrativas e responsabilidades
- 4. Agências executivas
- 5. Agências reguladoras
  - 5.1. Introdução
  - 5.2. Conceito
  - 5.3. Forma jurídica
  - 5.4. Características
    - 5.4.1. Exercício de atividade regulatória
    - 5.4.2. Instrumentos de ampliação da autonomia administrativa
    - 5.4.3. Poder normativo
  - 5.5. Controle
  - 5.6. Enumeração das agências reguladoras federais

## **CAPÍTULO 5**

### **PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- 1. Introdução
- 2. Princípio da supremacia do interesse público
- 3. Princípio da indisponibilidade do interesse público
  - 3.1. Interesses públicos primários e interesses públicos secundários
- 4. Princípio da legalidade
- 5. Princípio da moralidade
- 6. Princípio da impessoalidade

7. Princípio da publicidade
  - 7.1. Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
8. Princípio da eficiência
9. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade
10. Princípio da autotutela
11. Princípio da continuidade dos serviços públicos

## **CAPÍTULO 6**

### **DEVERES E PODERES ADMINISTRATIVOS**

1. Noções introdutórias
2. Deveres administrativos
  - 2.1. Poder-dever de agir
  - 2.2. Dever de eficiência
  - 2.3. Dever de probidade
  - 2.4. Dever de prestar contas
3. Poderes da administração pública
  - 3.1. Poder vinculado
  - 3.2. Poder discricionário
    - 3.2.1. Limites ao poder discricionário
  - 3.3. Poder hierárquico
  - 3.4. Poder disciplinar
  - 3.5. Poder regulamentar
    - 3.5.1. Aspectos gerais
    - 3.5.2. Decretos de execução ou regulamentares
    - 3.5.3. Decretos autônomos
    - 3.5.4. Regulamentos autorizados
    - 3.5.5. Controle judicial
  - 3.6. Poder de polícia
    - 3.6.1. Introdução e competência para o exercício
    - 3.6.2. Distinção entre atividade de polícia administrativa e outras atividades estatais
    - 3.6.3. Modalidades de exercício
    - 3.6.4. Sanções aplicáveis e limites
    - 3.6.5. Fases da atividade de polícia (ciclo de polícia)
    - 3.6.6. Poder de polícia originário e poder de polícia delegado. Exercício de atividades de polícia administrativa por pessoas jurídicas de direito privado
    - 3.6.7. Atributos do poder de polícia
      - 3.6.7.1. Discricionariedade
      - 3.6.7.2. Autoexecutoriedade
      - 3.6.7.3. Coercibilidade
    - 3.6.8. Prescrição
4. Abuso de poder

## **CAPÍTULO 7**

### **SERVIDORES PÚBLICOS**

1. Disposições constitucionais gerais relativas aos agentes públicos
  - 1.1. Acesso a funções, cargos e empregos públicos
    - 1.1.1. Acessibilidade a brasileiros e a estrangeiros
    - 1.1.2. Requisitos para o acesso a cargos e empregos públicos
    - 1.1.3. Exigência de concurso público
      - 1.1.3.1. Testes psicotécnicos
      - 1.1.3.2. Antecedência mínima do edital e modificação das condições nele previstas com o concurso em andamento

- 1.1.3.3. Controle da legalidade dos concursos públicos
- 1.1.3.4. Desrespeito à exigência de concurso público e desvio de função
- 1.1.4. Prazo de validade do concurso
- 1.1.5. Direito à nomeação
- 1.1.6. Prioridade na nomeação e direito do candidato preterido
- 1.1.7. Reserva de percentual de cargos e empregos para candidatos com deficiência
- 1.1.8. Cargos em comissão e funções de confiança
- 1.1.9. Contratação por tempo determinado
- 1.2. Direito de associação sindical dos servidores públicos
- 1.3. Direito de greve dos servidores públicos
- 1.4. Disposições constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos
  - 1.4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual
  - 1.4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos (teto constitucional)
  - 1.4.3. Limite aos vencimentos dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário
  - 1.4.4. Vedação à vinculação e à equiparação de remunerações
  - 1.4.5. Vedação à incidência cumulativa de acréscimos pecuniários
  - 1.4.6. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios
- 1.5. Administração tributária
- 1.6. Vedação à acumulação de cargos, funções e empregos públicos
- 2. Disposições constitucionais concernentes aos servidores em exercício de mandatos eletivos
- 3. Disposições constitucionais específicas relativas aos servidores públicos
  - 3.1. O regime jurídico único e a extinção de sua obrigatoriedade pela EC 19/1998
  - 3.2. O regime de emprego público na administração federal direta, autárquica e fundacional
  - 3.3. Planos de carreira e sistema remuneratório dos servidores públicos
  - 3.4. Extensão aos servidores públicos de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores da iniciativa privada
  - 3.5. Remuneração por subsídio
  - 3.6. Estabilidade
    - 3.6.1. Vedação à dispensa imotivada de empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista
- 4. Regime de previdência dos servidores públicos
- 5. Disposições legais aplicáveis aos servidores públicos federais (estatutários)
  - 5.1. Introdução
  - 5.2. Cargos e funções públicas
  - 5.3. Provimento
    - 5.3.1. Provimento originário e provimento derivado
    - 5.3.2. Concurso público
      - 5.3.2.1. Reserva de vagas para candidatos negros em concursos públicos (Lei 12.990/2014)
    - 5.3.3. Formas de provimento dos cargos públicos
      - 5.3.3.1. Nomeação
      - 5.3.3.2. Readaptação
      - 5.3.3.3. Reintegração
      - 5.3.3.4. Aproveitamento
      - 5.3.3.5. Promoção
      - 5.3.3.6. Reversão
      - 5.3.3.7. Recondução
  - 5.4. Posse
  - 5.5. Exercício
  - 5.6. Estágio probatório
  - 5.7. Vacância
  - 5.8. Remoção
  - 5.9. Redistribuição
  - 5.10. Substituição
  - 5.11. Direitos e vantagens dos servidores públicos federais

- 5.11.1. Vencimento e remuneração
- 5.11.2. Vantagens
  - 5.11.2.1. Indenizações
  - 5.11.2.2. Retribuições, gratificações e adicionais
- 5.11.3. Férias
- 5.11.4. Licenças
- 5.11.5. Afastamentos e concessões
- 5.12. Regime disciplinar
  - 5.12.1. Deveres e proibições
    - 5.12.1.1. Deveres
    - 5.12.1.2. Proibições
    - 5.12.1.3. Conflito de interesses (Lei 12.813/2013)
  - 5.12.2. Penalidades
  - 5.12.3. Prescrição
  - 5.12.4. Responsabilidades
- 5.13. .... Sindicância e processo administrativo disciplinar (PAD)
  - 5.13.1. Introdução
  - 5.13.2. Sindicância
  - 5.13.3. Processo administrativo disciplinar
    - 5.13.3.1. Instauração
      - 5.13.3.1.1. Afastamento temporário
    - 5.13.3.2. Inquérito administrativo
      - 5.13.3.2.1. Instrução
      - 5.13.3.2.2. Defesa
      - 5.13.3.2.3. Relatório
    - 5.13.3.3. Julgamento
  - 5.13.4. Rito sumário (acumulação, abandono de cargo, inassiduidade habitual)
  - 5.13.5. Revisão do PAD

## **CAPÍTULO 8**

### **ATOS ADMINISTRATIVOS**

- 1. Introdução
- 2. Conceito
- 3. Atos privados praticados pela administração pública
- 4. Fatos administrativos
- 5. Classificações
  - 5.1. Atos vinculados e discricionários
  - 5.2. Atos gerais e individuais
  - 5.3. Atos internos e externos
  - 5.4. Ato simples, complexo e composto
  - 5.5. Atos de império, de gestão e de expediente
  - 5.6. Ato-regra, ato-condição e ato subjetivo
  - 5.7. Ato constitutivo, extintivo, modificativo e declaratório
  - 5.8. Ato válido, nulo, anulável e inexistente
  - 5.9. Ato perfeito, eficaz, pendente e consumado
    - 5.9.1. Ato eficaz *versus* ato exequível
- 6. Requisitos de validade ou elementos dos atos administrativos
  - 6.1. Competência
    - 6.1.1. Delegação e avocação de competências
    - 6.1.2. Excesso de poder, função de fato e usurpação de função
  - 6.2. Finalidade
    - 6.2.1. Desvio de finalidade
  - 6.3. Forma

- 6.3.1. Vício de forma
- 6.4. Motivo
  - 6.4.1. Vício de motivo
- 6.5. Objeto
  - 6.5.1. Vício de objeto
- 7. Mérito do ato administrativo
- 8. Motivação
  - 8.1. Teoria dos motivos determinantes
- 9. Atributos do ato administrativo
  - 9.1. Presunção de legitimidade
  - 9.2. Imperatividade
  - 9.3. Autoexecutoriedade
  - 9.4. Tipicidade
- 10. Espécies de atos administrativos
  - 10.1. Atos normativos
  - 10.2. Atos ordinatórios
  - 10.3. Atos negociais
    - 10.3.1. Licença
    - 10.3.2. Autorização
    - 10.3.3. Permissão
  - 10.4. Atos enunciativos
    - 10.4.1. Certidão e atestado
    - 10.4.2. Parecer
    - 10.4.3. Apostila
  - 10.5. Atos punitivos
- 11. Extinção dos atos administrativos
  - 11.1. Anulação
  - 11.2. Revogação
    - 11.2.1. Atos que não podem ser revogados
  - 11.3. Cassação
  - 11.4. Outras formas de extinção dos atos administrativos
- 12. Convalidação
- 13. Conversão

## **CAPÍTULO 9**

### **CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

- 1. Introdução
- 2. Contratos administrativos e contratos de direito privado da administração pública
- 3. Objeto e características gerais dos contratos administrativos
  - 3.1. Formalismo
  - 3.2. Contrato de adesão
  - 3.3. Pessoaalidade (*intuitu personae*)
- 4. Prerrogativas de direito público da administração contratante (“cláusulas exorbitantes”)
  - 4.1. Poder de alteração unilateral do contrato
    - 4.1.1. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato
  - 4.2. Possibilidade de rescisão unilateral do contrato
  - 4.3. Fiscalização da execução do contrato
  - 4.4. Aplicação direta de sanções
  - 4.5. Ocupação temporária
  - 4.6. Restrições à oposição da exceção do contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*)
  - 4.7. Exigência de garantia
  - 4.8. Exigência de medidas de compensação

5. Prazo de duração e prorrogação dos contratos administrativos
6. Responsabilidade pela execução do contrato e respectivos encargos
7. Recebimento do objeto do contrato
8. Extinção do contrato
  - 8.1. Anulação
  - 8.2. Rescisão
9. Teoria da imprevisão
  - 9.1. Causas que justificam a inexecução do contrato
    - 9.1.1. Força maior e caso fortuito
    - 9.1.2. Fato do príncipe
    - 9.1.3. Fato da administração
    - 9.1.4. Interferências imprevistas
10. Principais contratos administrativos
  - 10.1. Contrato de obra pública
  - 10.2. Contrato de serviço
  - 10.3. Contrato de fornecimento
  - 10.4. Contrato de concessão
11. Contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei 13.303/2016)
  - 11.1. Introdução
  - 11.2. Características dos contratos regidos pela Lei 13.303/2016
    - 11.2.1. Forma dos contratos e convocação para assinatura do instrumento
    - 11.2.2. Prazo de duração dos contratos
    - 11.2.3. Regimes de execução dos contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia
    - 11.2.4. Exigência de garantia
    - 11.2.5. Subcontratação
    - 11.2.6. Alteração dos contratos
    - 11.2.7. Responsabilidades e encargos do contratado
    - 11.2.8. Fiscalização da execução do contrato
    - 11.2.9. Aplicação direta de sanções
12. Convênios administrativos
  - 12.1. Transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse (Decreto 6.170/2007)

## **CAPÍTULO 10**

### **LICITAÇÕES PÚBLICAS**

1. Introdução
2. Conceito, finalidade e objeto das licitações públicas
3. Princípios orientadores das licitações públicas
  - 3.1. Formalismo
  - 3.2. Publicidade dos atos
  - 3.3. Igualdade entre os licitantes
    - 3.3.1. Regras de favorecimento: critérios de desempate, margens de preferência, licitações com participação restrita
    - 3.3.2. Preferência na contratação de bens, serviços e obras baseada em critérios e práticas de sustentabilidade
    - 3.3.3. Preferência na contratação de microempresas e empresas de pequeno porte
  - 3.4. Sigilo na apresentação das propostas
  - 3.5. Vinculação ao instrumento convocatório
  - 3.6. Julgamento objetivo
  - 3.7. Probidade e moralidade administrativa
  - 3.8. Adjudicação obrigatória ao vencedor

- 3.9. Competitividade
- 4. Fases do procedimento licitatório
  - 4.1. Introdução
  - 4.2. Audiência pública
  - 4.3. Edital
    - 4.3.1. Antecedência mínima do edital
    - 4.3.2. Impugnação administrativa do edital
  - 4.4. Carta-convite
  - 4.5. Comissão de licitação
  - 4.6. Habilitação dos licitantes
    - 4.6.1. Registros cadastrais
  - 4.7. Julgamento das propostas
  - 4.8. Homologação e adjudicação ao vencedor
- 5. Modalidades de licitação
  - 5.1. Introdução
  - 5.2. Concorrência
  - 5.3. Tomada de preços
  - 5.4. Convite
  - 5.5. Concurso
  - 5.6. Leilão
  - 5.7. Pregão
  - 5.8. Consulta
- 6. Tipos de licitação
- 7. Sistema de registro de preços
- 8. Alienação de bens pela Administração Pública
- 9. Inexigibilidade e dispensa de licitação
  - 9.1. Inexigibilidade de licitação
  - 9.2. Dispensa de licitação
    - 9.2.1. Licitação dispensável
    - 9.2.2. Licitação dispensada
  - 9.3. Motivação, ratificação e formalidades exigidas nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação
- 10. Anulação e revogação da licitação
- 11. Recursos administrativos
- 12. Normas gerais aplicáveis às licitações e às contratações de serviços de publicidade (Lei 12.232/2010)
- 13. Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (Lei 12.462/2011)
- 14. Licitações realizadas por empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei 13.303/2016)
  - 14.1. Introdução
  - 14.2. Hipóteses legais de contratação direta
  - 14.3. Pessoas impedidas de participar da licitação e de ser contratadas
    - 14.3.1. Pessoas impedidas de participar das licitações para obras e serviços de engenharia
  - 14.4. Finalidades e princípios regedores das licitações
  - 14.5. Obrigação de elaborar um regulamento interno de licitações e contratos
  - 14.6. Critérios de julgamento
  - 14.7. Sigilo quanto ao valor estimado do contrato
  - 14.8. Prazos mínimos para apresentação de propostas ou lances e impugnação do edital
  - 14.9. Procedimento da licitação
  - 14.10. Revogação e anulação da licitação

## **CAPÍTULO 11**

### **SERVIÇOS PÚBLICOS**

- 1. Noções introdutórias
- 2. Conceito de serviço público

- 2.1. Serviço público em sentido subjetivo e em sentido objetivo
- 2.2. Conceitos amplos e conceitos restritos de serviço público
- 2.3. Critérios propostos para identificação de uma atividade como serviço público
  - 2.3.1. Essencialistas *versus* legalistas
  - 2.3.2. Atividades jurídicas do Estado *versus* atividades sociais do Estado
- 2.4. Definições propostas pela doutrina pátria. Conceito adotado nesta obra
3. Classificações
4. Distribuição constitucional das competências para a prestação de serviços públicos
5. Formas de prestação dos serviços públicos
6. Regulamentação e controle
7. Concessão e permissão de serviço público
  - 7.1. Definições legais e aspectos gerais
  - 7.2. Licitação prévia à celebração dos contratos
  - 7.3. Cláusulas essenciais dos contratos
  - 7.4. Prazo
  - 7.5. Contratação com terceiros, subconcessão, transferência da concessão e transferência de controle societário
  - 7.6. Política tarifária
  - 7.7. Direitos e obrigações do usuário
  - 7.8. Obrigações da concessionária (ou permissionária)
    - 7.8.1. Serviço adequado
  - 7.9. Prerrogativas do poder concedente
    - 7.9.1. Intervenção na concessão (ou permissão)
  - 7.10. Extinção da concessão (ou permissão)
8. Parcerias público-privadas
  - 8.1. Noções introdutórias
  - 8.2. Modalidades de parcerias público-privadas
  - 8.3. Cláusulas contratuais, contraprestação da administração pública e garantias
  - 8.4. Sociedade de propósito específico
  - 8.5. Licitação prévia à contratação de parcerias público-privadas
  - 8.6. Regras aplicáveis especificamente à União
    - 8.6.1. Órgão gestor de parcerias público-privadas
    - 8.6.2. Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas
9. Autorização de serviço público

## **CAPÍTULO 12**

### **RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

1. Conceito
2. Evolução
  - 2.1. Irresponsabilidade do Estado
  - 2.2. Responsabilidade civil com culpa comum do Estado
  - 2.3. Teoria da culpa administrativa
  - 2.4. Teoria do risco administrativo
  - 2.5. Teoria do risco integral
3. Fundamento da atribuição de responsabilidade civil objetiva à administração pública pelos danos decorrentes de suas atividades
4. Responsabilidade objetiva na modalidade risco administrativo: art. 37, § 6.º, da Constituição de 1988
5. Responsabilidade por danos decorrentes de omissão estatal
6. Força maior e caso fortuito
7. Danos de obra pública
8. Atos legislativos
9. Atos jurisdicionais
10. A ação de reparação do dano: terceiro lesado x administração

11. A ação regressiva: administração x agente público
12. As responsabilidades administrativa, civil e penal do agente público

## CAPÍTULO 13

### CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Introdução
2. Conceito
3. Classificação das formas de controle
  - 3.1. Conforme a origem
    - 3.1.1. Controle interno
    - 3.1.2. Controle externo
    - 3.1.3. Controle popular
  - 3.2. Conforme o momento de exercício
    - 3.2.1. Controle prévio ou preventivo (*a priori*)
    - 3.2.2. Controle concomitante
    - 3.2.3. Controle subsequente ou corretivo
  - 3.3. Quanto ao aspecto controlado
    - 3.3.1. Controle de legalidade ou legitimidade
    - 3.3.2. Controle de mérito
  - 3.4. Quanto à amplitude
    - 3.4.1. Controle hierárquico
    - 3.4.2. Controle finalístico
4. Controle exercido pela administração sobre seus próprios atos (controle administrativo)
  - 4.1. Introdução
  - 4.2. Processos administrativos
    - 4.2.1. Noções gerais
    - 4.2.2. Recursos administrativos
      - 4.2.2.1. Recurso hierárquico e recurso hierárquico impróprio
    - 4.2.3. Princípios
      - 4.2.3.1. Oficialidade
      - 4.2.3.2. Informalismo
      - 4.2.3.3. Instrumentalidade das formas
      - 4.2.3.4. Verdade material
      - 4.2.3.5. Gratuidade
      - 4.2.3.6. Contraditório e ampla defesa
  - 4.3. Prescrição administrativa
5. Controle legislativo
  - 5.1. Introdução
  - 5.2. Hipóteses constitucionais de controle parlamentar direto
    - 5.2.1. Controles exercidos pelo Congresso Nacional
    - 5.2.2. Controles específicos exercidos pelo Senado Federal
    - 5.2.3. Controle exercido por meio de comissões
  - 5.3. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária na Constituição de 1988
    - 5.3.1. Atribuições dos tribunais de contas
    - 5.3.2. Os tribunais de contas e as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (Súmula Vinculante 3)
6. Controle judiciário
  - 6.1. Introdução
  - 6.2. Controle judicial em espécie
    - 6.2.1. Mandado de segurança
      - 6.2.1.1. Introdução
      - 6.2.1.2. Bem jurídico tutelado
      - 6.2.1.3. Objeto

- 6.2.1.4. Restrições
- 6.2.1.5. Sujeitos
- 6.2.1.6. Liminar
- 6.2.1.7. Aspectos processuais, sentença e coisa julgada
- 6.2.1.8. Prazo
- 6.2.1.9. Mandado de segurança coletivo
  - 6.2.1.9.1. Introdução
  - 6.2.1.9.2. Objeto e sujeitos
  - 6.2.1.9.3. Aspectos processuais e coisa julgada
  - 6.2.1.9.4. Distinção entre mandado de segurança coletivo e ação popular
- 6.2.2. Ação popular
  - 6.2.2.1. Introdução
  - 6.2.2.2. Bens jurídicos tutelados
  - 6.2.2.3. Objeto
  - 6.2.2.4. Sujeitos
  - 6.2.2.5. Aspectos processuais, decisão judicial e execução da sentença
- 6.2.3. Ação civil pública
  - 6.2.3.1. Introdução
  - 6.2.3.2. Bens jurídicos tutelados
  - 6.2.3.3. Objeto
  - 6.2.3.4. Sujeitos
  - 6.2.3.5. Aspectos processuais, decisão judicial e execução da sentença
  - 6.2.3.6. Diferenças entre ação civil pública e ação popular
- 7. Improbidade administrativa (Lei 8.429/1992)
  - 7.1. Aspectos gerais
    - 7.1.1. Base constitucional e regulamentação legal
    - 7.1.2. Sujeitos passivos
    - 7.1.3. Sujeitos ativos
    - 7.1.4. Natureza das sanções cominadas e cumulação de instâncias
  - 7.2. Descrição legal dos atos de improbidade administrativa e sanções aplicáveis
  - 7.3. Procedimentos administrativos e ações judiciais
  - 7.4. Juízo competente
  - 7.5. Prescrição
- 8. Responsabilização de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública (Lei 12.846/2013)

## **CAPÍTULO 14**

### **O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (LEI 9.784/1999)**

- 1. Introdução
- 2. Abrangência e aplicação
- 3. Princípios
- 4. Direitos e deveres dos administrados
  - 4.1. Direito a regime de tramitação prioritária
- 5. Início do processo e legitimados a sua instauração
- 6. Impedimento e suspeição
- 7. Forma, tempo e lugar dos atos do processo
- 8. Intimação do interessado
- 9. Instrução e decisão
- 10. Desistência e extinção do processo
- 11. Recurso administrativo
- 12. Contagem de prazos

## **CAPÍTULO 15**

## **BENS PÚBLICOS**

1. Conceito
2. Classificação
  - 2.1. Quanto à titularidade
  - 2.2. Quanto à destinação
  - 2.3. Quanto à disponibilidade
3. Características
  - 3.1. Inalienabilidade
  - 3.2. Impenhorabilidade
  - 3.3. Imprescritibilidade
  - 3.4. Não onerabilidade
4. Afetação e desafetação
5. Principais espécies de bens públicos
  - 5.1. Terras devolutas
  - 5.2. Terrenos de marinha
  - 5.3. Terrenos acrescidos
  - 5.4. Terrenos reservados
  - 5.5. Terras ocupadas pelos índios
  - 5.6. Plataforma continental
  - 5.7. Ilhas
  - 5.8. Faixa de fronteiras
  - 5.9. Águas públicas
6. Uso privativo de bens públicos por particulares mediante autorização, permissão e concessão

## **CAPÍTULO 16**

### **INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE**

1. Introdução
2. Modalidades de intervenção
  - 2.1. Servidão administrativa
    - 2.1.1. Instituição da servidão
    - 2.1.2. Indenização
    - 2.1.3. Extinção
    - 2.1.4. Principais características
  - 2.2. Requisição
    - 2.2.1. Objeto e indenização
    - 2.2.2. Instituição e extinção
    - 2.2.3. Principais características
  - 2.3. Ocupação temporária
    - 2.3.1. Instituição, extinção e indenização
    - 2.3.2. Características
  - 2.4. Limitações administrativas
    - 2.4.1. Distinções de outros institutos
    - 2.4.2. Instituição e indenização
    - 2.4.3. Características
  - 2.5. Tombamento
    - 2.5.1. Espécies
    - 2.5.2. Instituição
    - 2.5.3. Processo do tombamento
    - 2.5.4. Efeitos do tombamento
  - 2.6. Desapropriação
    - 2.6.1. Pressupostos
    - 2.6.2. Autorização constitucional

- 2.6.3. Bens desapropriáveis
- 2.6.4. Competência
- 2.6.5. Destinação dos bens
- 2.6.6. Procedimento de desapropriação
  - 2.6.6.1. Fase declaratória
  - 2.6.6.2. Fase executória
- 2.6.7. Ação de desapropriação
  - 2.6.7.1. Contestação
  - 2.6.7.2. Imissão provisória na posse
  - 2.6.7.3. Sentença e transferência do bem
  - 2.6.7.4. Indenização
  - 2.6.7.5. Desistência da desapropriação
- 2.6.8. Desapropriação indireta
- 2.6.9. Desapropriação por zona
- 2.6.10. Direito de extensão
- 2.6.11. Tredestinação
- 2.6.12. Retrocessão
- 2.6.13. Desapropriação rural
  - 2.6.13.1. Indenização
  - 2.6.13.2. Procedimento
- 2.6.14. Desapropriação confiscatória
- 2.7. Formas de intervenção previstas no Estatuto da Cidade
  - 2.7.1. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios
  - 2.7.2. Aplicação do IPTU progressivo no tempo
  - 2.7.3. A desapropriação no Estatuto da Cidade
  - 2.7.4. Direito de preempção

## **BIBLIOGRAFIA**